

**Desdolarização sob a ótica do BRICS: Um debate sobre a hegemonia do dólar no
Sistema Monetário Internacional**

***De-dollarization from the BRICS perspective: A debate on the hegemony of the dollar in
the International Monetary System***

Jéssica Regina Guerra de Souza

Resumo: O Sistema Monetário Internacional está sob a égide do dólar desde 1945, permitindo aos Estados Unidos usufruir de um privilégios macroeconômicos de maneira exorbitante. Porém, crises no capitalismo, sobretudo a de 2008, abalaram a confiança internacional na moeda, tornando frequentes os debates acerca de seu abandono como padrão monetário internacional. Neste sentido, o BRICS ganha notoriedade ao incentivar a procura por alternativas ao atual ordenamento financeiro global por meio do uso de novas moedas, tecnologias de pagamento e instituições bancárias. Sua expansão em janeiro de 2024 ressignifica a importância do grupo para a discussão, visto que se aumenta a possibilidade dele realizar mudanças significativas no cenário financeiro internacional. Este trabalho, portanto, utiliza de análises bibliográficas, de documentos e de notícias para investigar se há queda na hegemonia do dólar por meio da atuação do BRICS, em especial após sua recente expansão. O estudo mostra que o dólar encontra-se em derrocada, porém as alternativas existentes a seu uso ainda não possuem capacidade de desbancá-lo totalmente.

Palavras-chave: Dólar; Sistema Monetário Internacional; BRICS

Abstract: The International Monetary System has been under the aegis of the dollar since 1945, allowing the United States to enjoy exorbitant macroeconomic privileges. However, crises in capitalism, especially that of 2008, have shaken international confidence in the currency, leading to frequent debates about its abandonment as the international monetary standard. In this sense, BRICS is gaining notoriety by encouraging the search for alternatives to the current global financial order through the use of new monetary units, payment technologies and banking institutions. Its expansion in January 2024 re-signifies the importance of the group for discussion, as it increases the possibility of making significant changes to the international financial scenario. This paper, therefore, uses bibliographic, document and news analysis to investigate whether the dollar's hegemony is declining as a result of the BRICS' actions, especially after its recent expansion. The study shows that the dollar is collapsing, but the existing alternatives to its use do not yet have the capacity to completely overthrow it.

Keywords: Dollar; International Monetary System; BRICS

1. INTRODUÇÃO

A ampliação do BRICS em janeiro de 2024 representa uma nova etapa no processo de desdolarização, ou seja, na redução da dependência global do dólar como principal moeda de reserva e transação internacional? É com esta pergunta que este estudo se inicia. A hegemonia

do dólar existe desde o final da Segunda Guerra Mundial, através do estabelecimento do padrão dólar-ouro. Apesar da ruptura desse padrão em 1971, a supremacia da moeda norte-americana foi retomada em 1979 com a "diplomacia do dólar forte", sustentada pelo papel hegemônico dos Estados Unidos (EUA) na ordem global.

No entanto, desde a crise financeira de 2008, surgem questionamentos sobre a capacidade do dólar de manter sua posição dominante no Sistema Monetário Internacional (SMI). A desdolarização, portanto, se intensifica com países e investidores considerando alternativas ao dólar, embora sua substituição completa ainda seja impraticável. Dentro deste contexto, o BRICS surge como um grupo que desafia essa hegemonia, propondo a reformulação do SMI através de iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), o uso de moedas locais em transações internacionais, e a criação de uma moeda comum.

O artigo parte da hipótese de que a expansão do BRICS representa não apenas uma nova fase no processo de reformulação do SMI, mas também possibilita que novos países emergentes se unam ao movimento de abandono gradual do dólar, promovendo uma multilateralização do sistema. Mediante o método de análise de documentos, bibliografias e notícias para verificar o impacto da atuação do BRICS na hegemonia do dólar, em especial após sua expansão, busca-se compreender a viabilidade da queda desta hegemonia monetária e do emprego das iniciativas do grupo para tal. Assim, o estudo se inicia com a revisão do histórico da hegemonia do dólar, seguido pela análise das alternativas propostas pelo BRICS para, por fim, se fazer uma avaliação das tendências atuais e do papel dos novos membros do BRICS na desdolarização.

2. O ENFRAQUECIMENTO DO DÓLAR NO SMI

2.1. Construção da hegemonia da moeda

A expressão “hegemonia do dólar” marca um período da história cujo papel da moeda norte-americana passou a ser adotado internacionalmente como instrumento de reserva, unidade de conta e meio de pagamento, o que conferiu aos Estados Unidos certo “privilégio exorbitante” – termo cunhado pelo Ministro das Finanças francês Valéry Giscard d'Estaing na década de 1960 – desde metade do século XX. Entretanto, como argumenta o professor italiano Duccio Basosi (2020), por mais que numericamente uma moeda atinja grandes posições geográficas, isso não é o suficiente para considerá-la hegemônica. Para tanto, é necessário

[...] estabelecer uma relação entre a posição dessa moeda e um conjunto de vantagens especiais para a economia política do país que a emite, quer em termos de "prestígio, senhoriagem, flexibilidade da balança de pagamentos e autonomia política", quer em termos de "ganhos de capital e cambiais [e] ganhos comerciais, financeiros e políticos de longo prazo" (Norrlof 2014:1043). Implica também entender a posição internacional dessa moeda como um produto do poder do país que a emite, bem como um instrumento para a perpetuação desse mesmo poder [...] Por fim, implica uma compreensão das origens de tais privilégios e poder teoricamente distinta – pelo menos em abstrato – do que é comunicado por expressões alternativas como "diplomacia do dólar", num extremo, e "imperialismo do dólar", no outro.¹ (Basosi, 2020, pp. 592-593, tradução nossa).

Contudo, mesmo que o dólar nunca contemple totalmente estes três contextos acima mencionados, a influência da moeda e, conseqüentemente dos EUA, na contemporaneidade demonstra que o próprio conceito de “hegemonia” neste sentido sofreu alterações, em partes como forma de justificar tal privilégio exorbitante do país americano. Ainda, a internacionalização da moeda naturalmente pertence à história da economia política americana mediante uma estratégia formulada desde o governo do presidente William Howard Taft (1909-1913) chamada “diplomacia do dólar”. Na interpretação de Maddern (2020), esta consiste na tentativa de, mediante a política externa, promover empréstimos a países da América do Sul e do Leste Asiático, promovendo os interesses econômicos estadunidenses e evitando o uso da força militar. O objetivo desta política era o de transformar os EUA em uma potência comercial e financeira mundial, alargando as fronteiras de influência norte-americanas através da extensão da Doutrina Monroe e do Corolário Roosevelt, no caso da América Latina, assim como da Política de Portas Abertas² na China (Maddern, 2020).

Desta forma, não é surpreendente que, em 1944, o dólar alcançasse um novo patamar no Sistema Monetário Internacional por meio da Conferência de Bretton Woods. A mesma contou com a participação de 44 países desenvolvidos e em desenvolvimento, com destaque

¹ Do original: “[...] establishing a relationship between the position of that currency and a set of special advantages accruing to the political economy of the country that issues it, both in terms of “prestige, seigniorage, balance of payments flexibility, and policy autonomy” and in terms of “capital and exchange-rate gains [and] long-term commercial, financial and political gains” (Norrlof 2014:1043). It also implies understanding the international position of that currency as a product of the power of the country that issues it, as well as an instrument for the perpetuation of that same power [...] Finally, it implies an understanding of the origins of such privileges and power theoretically distinct – at least in the abstract – from what is communicated by alternative expressions such as “dollar diplomacy” on one extreme and “dollar imperialism” on the other.”.

² A estratégia de “portas abertas” empregada pelos EUA na China foi desenvolvida por Charles A. Conant e Paul S. Reinsch visando expandir o mercado americano no Pacífico. Consistia no desenvolvimento de um sistema mundial de investimento, ao invés da criação de um sistema global segmentado. Segundo análise de Maddern (2020), esta alternativa permitia a oferta de participações no desenvolvimento mundial com ênfase no exercício da expansão, combatendo formas arcaicas de imperialismo. Ver as obras *The corporate restructuring of American Capitalism, 1890–1916*, de Sklar (1988); *The China-Hong Kong connection: the key to China's open-door policy*, de Sung e Song (1991); e *Open door policy and China's rapid growth: evidence from city-level data*, de Wei (1993), para maiores detalhes desta estratégia.

para os Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética (URSS), e tinha a pretensão de organizar o SMI, principalmente pensando na reconstrução das economias no pós-guerra. Duas propostas monetárias foram debatidas: a proposta defendida por Harry White, representante dos Estados Unidos, de instalação do sistema dólar-ouro de modo que todas as moedas tivessem paridade fixa ao dólar; e a proposta defendida pelo representante do Reino Unido, John Keynes, da adoção de um regime de moedas totalmente fiduciárias, com paridades fixas, porém flexíveis, que seria regido por uma divisa internacional intitulada “bancor”, a qual seria gerida coletivamente de forma ajustada às necessidades de liquidez da economia internacional (Cozendey, 2013).

Além disso, também se debateu a criação de um fundo de estabilização com o propósito de financiar os países enquanto corrigem desequilíbrios de curto prazo em sua balança de pagamentos através de menos restrições comerciais – estas, porém, eram admissíveis em certos casos para evitar impacto excessivo nos ajustes sobre o emprego. White propôs um fundo que emprestaria aos países em dificuldade e teria como garantia a moeda do país tomador ou ouro, enquanto o banco de Keynes faria tais empréstimos sem precisar de garantias e com poucas exigências em termos de conduta da política econômica, de modo a estar mais preparado para um volume de empréstimos mais significativo que o de White, atacando desequilíbrios de demanda global com o instrumento do crédito abundante (Cozendey, 2013). Porém, o Reino Unido possuía pouco poder de barganha frente aos EUA visto que os empréstimos norte-americanos que tinham financiado o esforço de guerra britânico ainda eram essenciais para o equilíbrio do balanço de pagamentos inglês, de forma que as duas propostas apresentadas por White acabaram por permanecer (Cozendey, 2013). O saldo da conferência, portanto, foi a instauração do padrão dólar-ouro e a criação das instituições financeiras do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou apenas Banco Mundial.

Como consequência, ainda durante a Conferência, uma das principais discussões versa sobre as cotas de contribuição dos países para o FMI e para o Banco, uma vez que todas as delegações queriam possuir a maior participação possível no capital das instituições. A razão por trás disso é que ambas as instituições foram moldadas como sociedades por ações, seguindo o modelo corporativo no qual o processo decisório abarca uma quantidade de votos proporcional ao capital investido por determinado “sócio” (Cozendey, 2013). Assim, o resultado final refletiu uma dominância estadunidense sobre as cotas de ambas as instituições, seguido por Japão, Alemanha, França e Reino Unido como principais investidores (Cozendey,

2013). Em contrapartida, este resultado também reflete um fraco poder decisório dos países em desenvolvimento perante os mais desenvolvidos dentro das instituições de Bretton Woods.

O esforço de White, portanto, inaugura a dominância da moeda americana no sistema monetário mundial, solidificando também a formação da ordem internacional arquitetada pelos Estados Unidos, a qual se sustenta mediante três pilares: (1) sua arquitetura institucional ilustrada por órgãos como o FMI, o Banco Mundial, entre outros; (2) sua noção de economia aberta; e (3) sua ideia de democracia liberal (Mearsheimer, 2019).

Porém, em oposição aos planos estadunidenses, “durante os primeiros 15 anos de existência de Bretton Woods, poucos observadores se referiram aos EUA como um ‘hegemon’, e ainda menos insinuaram uma ‘hegemonia do dólar’”³ (Basosi, 2020, p. 594, tradução nossa), fato agravado pelo chamado “Dilema de Triffin” em 1960, o qual alega que, a fim de fornecer liquidez ao sistema, os EUA tiveram de registrar déficits persistentes na sua balança de pagamentos, mas estes, por sua vez, provocaram o enfraquecimento da confiança na própria moeda americana (Triffin, 1960 *apud* Basosi, 2020), além de diferirem da proposta original da Conferência no que se refere a adesão do padrão dólar-ouro.

Após as crescentes críticas, portanto, esperava-se que o dólar passasse por um período crítico de desvalorizações, porém a moeda passou pela década de 1960 sem alterações em seu preço fixo ao ouro – o equivalente a 35\$/oz –, o que permitiu aos EUA colher os benefícios da senhoriagem e passar para outros os efeitos inflacionistas das políticas internas e das despesas militares dos EUA (Eichengreen, 2011a).

Tal acontecimento impeliu as elites estadunidenses a relacionar sua posição nos assuntos monetários internacionais com a noção de “hegemonia” no sentido de preponderância de um Estado sobre outros do Sistema Internacional (Gill, 2008), o que favoreceu o surgimento de políticas unilaterais e inflacionárias por parte dos norte-americanos, em especial durante o governo de Richard Nixon (1969-1974). O mesmo é um importante protagonista neste debate, uma vez que não buscou em seu governo a cooperação dos demais Estados, mas sim sua submissão a condições injustas a fim de que os EUA obtivessem máxima vantagem em negociações e não usufríssem de restrições financeiras (Eichengreen, 2011a).

A postura agressiva do chefe de Estado americano e seus apoiadores contribuiu para que, em agosto de 1971, logo depois de uma série de negociações infrutíferas com parceiros internacionais, Nixon anunciasse, unilateralmente, que o Tesouro dos EUA iria “suspender” o

³ Do original: “during the first 15 years of Bretton Woods’ existence, few observers referred to the USA as a “hegemon,” and even fewer hinted at “dollar hegemony”.

seu compromisso de resgatar ouro por dólares (Eichengreen, 2011a) e, com isso, permitiu que o dólar flutuasse nos mercados monetários. Assim, a década de 1970 abrigou vários acordos provisórios e negociações multilaterais na tentativa de reavivar Bretton Woods, porém, principalmente após os choques do petróleo de 1973 e 1979, nada foi capaz de recuperar o padrão-ouro. Neste contexto, a professora Ramaa Vasudevan interpreta que a decisão de Nixon inaugurou a passagem para a consolidação da hegemonia do dólar (Vasudevan, 2019 *apud* Basosi, 2020), a qual se ancorou em uma nova estratégia: a diplomacia do dólar forte.

A mesma consistiu na supervalorização da moeda em 1979 com o intuito de restaurar a confiança internacional no dólar. No entanto, para isso o país entrou numa recessão contínua de três anos, o que se estendeu para a economia mundial, segundo interpretação de Tavares (1985). Também foram observadas falências de várias empresas e alguns dos bancos americanos, além da submissão da economia americana a uma violenta tensão estrutural, afetando diretamente a política nacional através da derrota de James Carter (1977-1981) da corrida eleitoral à Casa Branca em 1980 (Tavares, 1985).

Por sua vez, seu sucessor, Ronald Reagan (1981-1989), realizou um movimento de restauração do prestígio político e ideológico mediante uma política econômica explosiva caracterizada pela redistribuição da renda em favor dos mais ricos, pelo aumento do déficit fiscal e pela elevação da taxa de juros (Tavares, 1985). Como resultado, houve a recuperação econômica americana na medida em que os EUA forçaram seus parceiros a desafiar militar e economicamente seus adversários. Em contrapartida, com tal política monetária bruta e a consequente supervalorização do dólar, o FED (*Federal Reserve Board*) retomou o controle do sistema bancário privado internacional e articulou os interesses gerais. Com isso, o crédito foi contraído quase que instantaneamente, estancando o ritmo das operações no mercado interbancário e a expansão de crédito para os países periféricos (Eichengreen, 2011a).

Internacionalmente, até 1981 apenas a Inglaterra apoiava a moeda americana como padrão internacional e os japoneses estudaram a possibilidade de fazer uma política monetária autônoma e resistiram a adoção de políticas neoconservadoras (Tavares, 1985). De 1979 a 1981, era claro para a maioria dos países que não deveriam alinhar-se à política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal propostas pelos EUA – porém, mais tarde, todos os países, independente de seus governos, aderiram às ideias (Tavares, 1985). Consequentemente, cria-se um espectro de taxa de crescimento, das taxas de câmbio e das taxas de juros concêntricos ao desempenho destas variáveis no âmbito da economia americana. Todos os países foram, portanto, obrigados a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e superávits comerciais crescentes, esterilizando seu potencial de crescimento

endógeno e convertendo seus déficits públicos em déficits financeiros estruturais (Tavares, 1985).

Assim, foi entre 1979 e 1983 que os EUA fizeram uma demonstração de sua capacidade de exercer sua hegemonia e de ajustar todos os países através da recessão. Ademais, entre 1982 e 1984, os EUA conseguiram dobrar gradativamente seu déficit comercial, o que, juntamente com o recebimento de juros, lhes permitiu absorver transferências reais de poupança do resto do mundo (Tavares, 1985). Com isso, suas relações de troca melhoraram exponencialmente e seus custos internos caíram de modo que, sem fazer nenhum esforço de poupança ou investimento, os EUA modernizaram sua indústria de ponta com equipamentos baratos de último tipo e capitais de risco do Japão, da Alemanha e do resto do mundo (Tavares, 1985).

Contudo, ainda sob a perspectiva de Tavares (1985), a recuperação econômica americana ocorre mediante crédito a curto prazo, com endividamento externo crescente e déficit fiscal, uma técnica utilizada pelo Brasil, México e Japão. A autora também analisa que seu único risco é o de uma desvalorização brutal das velhas empresas cujas ações estão cotadas a um valor distinto do efetivo. Além disso, para que a economia americana não quebrasse novamente, os EUA não poderiam permitir que o dólar desvalorizasse substantivamente, pelo menos até 1988 (Tavares, 1985). Desta forma, por meio destas estratégias, a economia americana gradativamente se recupera, assim como sua posição de destaque na arena internacional.

Vertentes da literatura sobre o estudo da noção de hegemonia, contudo, indicam que a partir de 1973 os EUA não mais exercem a posição de *hegemon* do sistema, diferente do observado no início de 1945 (Cox, 2007). Sob esta ótica, conforme a definição do filósofo italiano, Antonio Gramsci,

A hegemonia mundial pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas estruturas: tem de ser todas as três ao mesmo tempo. Além disso, a hegemonia mundial se expressa em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais – regras que apóiam o modo de produção dominante. (Cox, 2007, pp. 118-119).

Seguindo esta definição, uma ruptura na confiança que as ações estadunidenses e suas instituições desencadearam nas demais potências provocam a inauguração de movimentos anti-hegemônicos (Cox, 2007) e, logo, na derrocada de sua hegemonia. Como consequência,

mesmo com a reconstrução da economia americana e da retomada da preponderância do dólar, não foi possível recuperar totalmente a fé na moeda, visto que o uso de novas moedas no SMI, como o euro e o iene, passaram a ser debatidas.

Somado a esse fato, o advento da Guerra ao Terror devido ao atentado de 11 de setembro de 2001 e a pouca representatividade de países em desenvolvimento na governança dos mecanismos de controle monetários internacionais são elementos que também contribuíram na criação de um contexto de crescente descontentamento do exercício do poderio hegemônico estadunidense e de sua moeda no ordenamento global. Entretanto, foi apenas em 2008 que a verdadeira discussão sobre a desdolarização começou a despontar nas mesas de debate internacional.

2.2. Crise de 2008 e seus principais desdobramentos no SMI

Como visto, o fim de Bretton Woods dá luz à era da financeirização do capital no SMI, na qual o dólar atuava de forma flutuante, ou seja, por meio de novas formas de colaboração monetária a nível regional e tentativas de atrelamento de moedas pequenas a moedas mais fortes (Eichengreen, 2008 *apud* Murau, 2018). Este cenário favoreceu os EUA, dado que qualquer movimentação financeira respaldada em dólar passou a envolver o sistema bancário estadunidense – o FED – e, por consequência, o país torna-se capaz de impor sanções ao acesso de outras nações ao financiamento global (Prasad, 2022), além de conseguir recuperar-se de crises econômicas mais rapidamente do que o resto do mundo (Eichengreen, 2011a).

Em extensão a isso, as condições fundadas após 1989 capacitam o dólar a garantir a proteção contra a fuga de capitais desencadeada por episódios de condições macroeconômicas instáveis e a aumentar as chances de financiamentos, porém, também caracterizam-no a maximizar tanto a probabilidade de uma crise de liquidez quanto a vulnerabilidade do sistema bancário, assim como a redução da eficiência dos pagamentos (Kokenyne; Ley; Veyrune, 2010). Outra interpretação destas mesmas condições apresenta o dólar agora como uma moeda preferencialmente tida como *offshore*, isto é, fora de jurisdição monetária, sem regulamentação, supervisão ou proteção contra crises (Murau, 2018). Logo, a nova era inaugurou um cenário em que as taxas de crescimento econômico diminuíram, a instabilidade financeira aumentou rapidamente e a desigualdade social cresceu, em comparação ao que era observado ainda no regime de Bretton Woods (Bresser-Pereira, 2010).

Ainda na perspectiva de Bresser-Pereira (2010, p. 55), neste momento da economia mundial também há

um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas.

Estas características, portanto, causaram um aumento do preço dos ativos financeiros, o que fez com que os bancos passassem a direcionar muito crédito aos compradores de ativos a fim de financiar suas transações especulativas com alto grau de alavancagem (Bresser-Pereira, 2010). Por conseguinte, o professor também infere que este processo especulativo foi acompanhado pelo uso do *shadow banking system*, ou sistema bancário paralelo, o qual foi desenvolvido para “limpar” dos balanços patrimoniais os riscos envolvidos nos novos contratos por meio da “[...] transferência das inovações financeiras arriscadas a investidores financeiros, as securitizações, os *swaps* de inadimplência em crédito e os veículos especiais de investimento.” (Bresser-Pereira, 2010, p. 56).

Assim, o cenário especulativo fundado pela globalização financeira é palco da chamada crise do *subprime* – também chamada de crise bancária, crise de 2008, crise da bolha imobiliária, crise financeira, dentre outras definições –, que remonta a crise econômica mais severa enfrentada pelas economias capitalistas desde 1929. Seu início se deu em meados de 2007 nos EUA, porém apenas em 2008 que ela virou uma crise global.

Neste âmbito, como resultado das facilidades adquiridas pela financeirização, o mercado imobiliário norte-americano foi capaz de gozar de seu mais longo período de valorização entre 1997 e 2006. A elevação dos preços dos imóveis foi contínua, chegando a triplicar o valor, como destacam Borça Junior e Torres Filho (2009). Para além deste fato, o aumento do crédito imobiliário ancorou-se em uma redução das taxas de juros não apenas doméstica como mundial (Cechin; Montoya, 2017). Por conseguinte, tornou-se comum que fossem concedidos empréstimos imobiliários a indivíduos sem histórico de crédito ou com histórico de inadimplência – compondo as hipotecas *subprime* (Borça Junior; Torres Filho, 2009).

Em contrapartida, a partir de 2007 o mercado imobiliário começou a apresentar sinais de uma rápida redução nos preços e na quantidade resultando no aumento da inadimplência dos devedores de maior risco do mercado de financiamento habitacional, o que também afetou o sistema financeiro do mundo todo devido a sua ampla abrangência (Cechin;

Montoya, 2017). Ainda, os autores relatam que o cenário foi agravado pelos pagamentos adicionais que as hipotecas exigiam quando o valor do imóvel encontrava-se abaixo do valor da dívida hipotecária.

Outro fator agravante, conforme Borça Junior e Torres Filho (2009), foi o desaparecimento da margem de ganho especulativo imobiliária, que era a responsável pela sustentação das renegociações de crédito. Devido a isto, no lugar de adquirirem novas hipotecas, os credores de *subprime* viram-se obrigados a entregar os seus imóveis para pagamentos de dívidas, fato que reduziu o preço desses ativos. Logo, o período de valorização dos imóveis deu lugar a um ciclo deflacionário, afetando instituições financeiras de grande porte e o funcionamento do mercado de crédito bancário mundial (Cechin; Montoya, 2017).

Tal fato contribuiu para que diversas instituições privadas de diferentes setores no início de 2007 quebrassem, causando a demissão de inúmeros funcionários. Na visão de Bresser-Pereira (2010) esse fator caracteriza a crise bancária também como uma crise social, uma vez que ela causou o desemprego de cerca de 20 milhões para 50 milhões de pessoas, assim como o aumento da desnutrição mundial em 11% em 2009, segundo dados da Organização Mundial do Trabalho.

Neste sentido, dentre a gama de empresas em falência durante o período de 2007 e 2008, a quebra do Banco Lehman Brothers em setembro de 2008 se destaca, uma vez que ela foi significativa para o agravamento da crise. De acordo com Cechin e Montoya (2017), isto se deu quando o banco declarou um prejuízo de US\$ 3,9 bilhões no terceiro trimestre de 2008 e, após o governo americano não oferecer apoio financeiro para uma possível aquisição da instituição, ela solicitou um pedido de concordata na Corte de Falências de Nova York. Para além do fato, a postura do governo para com a instituição desencadeou uma reação em cadeia que tornou pública a situação do sistema financeiro americano e gerou desconfiança em relação à real situação dos bancos.

A resposta do FED diante deste cenário, portanto, foi o aumento da tomada de recursos de curto prazo nos mercados interbancários e a ampliação da liquidez da economia americana (Borça Junior; Torres Filho, 2009). Esta última, de acordo com os autores, foi realizada tanto através da diminuição da parcela de títulos do Tesouro Americano em sua carteira – os quais passaram a ser trocados por créditos privados menos líquidos que estavam nas carteiras dos bancos – quanto pela ampliação do volume total de créditos ao setor privado por meio de vários instrumentos como operações compromissadas, leilões de crédito, entre outros.

Além disso, de acordo com Bresser-Pereira (2010), para além das ações pragmáticas do FED, a crise seria solucionada por meio de quatro ações: (1) aumentar a liquidez através da redução da taxa de juros e por todos os outros meios disponíveis; (2) resgatar e capitalizar os grandes bancos; (3) adotar políticas fiscais expansionistas, que se tornaram inevitáveis no momento em que a taxa de juros chegou à zona de armadilha da liquidez; e (4) fazer a regulamentação do sistema financeiro, doméstico e internacional.

Todavia, a crise bancária também ampliou-se para outros setores como o de *commodities* e das bolsas de valores de outros países, por exemplo, envolvendo até mesmo instituições não financeiras, como companhias seguradoras e construtoras (Cechin; Montoya, 2017). Nos países emergentes, seu impacto se deu tanto pela via do crédito – o qual foi dificultado no mercado interbancário e no fluxo dos bancos para as empresas – quanto pela via da redução dos preços dos produtos básicos utilizados para a exportação, o que retardou a recuperação destas economias.

Logo, a incerteza desencadeada pela crise de 2008 colocou em risco a arquitetura financeira internacional, visto que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulamentação e supervisão bancária e financeira adotados desde 1989. Ademais, a instabilidade potencializada pela crise contribuiu para que o papel do dólar também fosse questionado (Eichengreen, 2011a), com *players* internacionais debatendo outras formas de estar menos dependentes do sistema bancário americano a fim de evitar novas recessões no futuro.

A inauguração deste debate, segundo Eichengreen (2011a), se sustenta pelo argumento de que, quanto mais multipolar for a economia mundial, mais o sistema monetário deve ser diverso. Esta lógica implica que o dólar, portanto, deve compartilhar seu papel internacional, dado que outras moedas também possuem mecanismos de financiamento confiáveis a investidores estrangeiros. No entanto, tanto Eichengreen (2011a) quanto Cohen (2015) supõem que a grave má gestão econômica e financeira por parte dos EUA é a única coisa que pode precipitar a fuga definitiva do dólar no mercado de capitais internacional e que, desta forma, é improvável que ele perca seu estatuto de moeda internacional a curto e médio prazo.

Por outro lado, o debate acerca da desdolarização cresce gradativamente, incitado, principalmente, por economias emergentes que mais se veem prejudicadas pelo predomínio estadunidense no mercado de capitais. Com isso, surgem estudos sobre o uso alternativo de moedas nas transações internacionais. Dentre elas, incluem-se clássicas como o euro e o iene, assim como alternativas contemporâneas como o renminbi chinês e, mais recentemente, a criação de cestas de moedas comuns.

Nesse sentido, dentre as opções clássicas presentes neste debate, o euro é comumente interpretado como a melhor alternativa após o dólar como padrão monetário internacional, visto que é controlado pelo Banco Central Europeu, instituição com capacidade de auxiliar seus credores em momentos de crise. As reservas internacionais dispostas na moeda também são expressivas, uma vez que contabilizaram cerca de 20% em 2023, segundo o FMI (Robinson, 2023). Há, porém, um fator limitante à confiança na moeda: o fato dela ser uma moeda sem Estado, o que dificulta e atrapalha uma resposta rápida do Banco em uma crise financeira global (Cohen, 2015).

Já o iene japonês é tido como a terceira maior reserva monetária global, representando cerca de 5% das reservas no final do primeiro trimestre de 2023, de acordo com o FMI (Robinson, 2023). A internacionalização da moeda, no entanto, nunca ultrapassou seu alcance regional devido a cinco fatores: (1) a força da inércia, dado que já haviam fortes concorrentes a padrão monetário internacional no início de seu processo de internacionalização na década de 1980 como o dólar e o marco alemão; (2) a quebra do mercado japonês com o estouro da chamada bolha econômica em 1989; (3) o padrão único de faturação no comércio japonês, o qual era realizado praticamente todo em dólar, o que desencorajou a adoção do iene como meio de troca; (4) o papel das políticas públicas japonesas que resistiram por muito tempo à internacionalização da moeda pelo receio de que ela desencadeasse uma restrição indevida à gestão monetária interna; e (5) a pouca seguridade que o governo japonês poderia promover aos investimentos estrangeiros (Cohen, 2015). Desta forma, o iene é visto pela maior parcela dos *players* internacionais apenas como uma unidade de valor e não como um meio de troca (Cohen, 2015).

Sendo assim, em níveis de maior estabilidade, o uso do euro e do iene no lugar do dólar é uma aposta que dá aos investidores internacionais maior segurança, porém, como visto, ambas as moedas possuem desvantagens significativas, além de que suas capacidades de resposta diante de uma crise global geram desconfiças que dificultariam a adesão global do abandono da moeda americana. Com isso em mente, o estudo de alternativas contemporâneas ao uso do dólar tende a apresentar maior otimismo, por mais que elas ainda sejam novidade em comparação aos estudos sobre o emprego do euro ou do iene no SMI.

Contudo, uma vez que o sistema capitalista é intrínseco à existência de crises (Bresser-Pereira, 2010), assim como o fato do dólar ter perdido parte de sua credibilidade em 2008, é fato que a insatisfação com o atual *status quo* por parte de muitas economias que não apenas foram prejudicadas pela crise, como também buscam maior representação nas instituições fundadas pelos EUA desencadeia um novo estágio no debate da desdolarização,

desta vez com destaque para o protagonismo do BRICS. Neste momento da discussão, portanto, é possível visualizar tanto o ressurgimento de atores já conhecidos deste debate quanto o surgimento de novos, caracterizando duas fases do processo de desdolarização.

3. ALTERNATIVAS À HEGEMONIA DO DÓLAR: AS PROPOSTAS DOS BRICS

A insatisfação das economias emergentes com a atual arquitetura financeira internacional não é recente nem inédita e isso não seria diferente ao se tratar do BRICS. A coligação, desde o início do século XXI, se destaca pelo potencial de crescimento econômico, político e social de seus membros. Isto fez com que, em 2001, o recém-indicado para o cargo de chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs, Jim O'Neill, cunhasse o acrônimo “BRIC”, considerando o Brasil, a China, a Rússia e a Índia como os próximos grandes transformadores da economia global (Stuenkel, 2017).

Embora o grupo possuísse, *a priori*, pouca coerência, os quatro países membros originários possuíam ambições globais, ou seja, detinham um projeto global que frequentemente era anunciado, embora vagamente definido (Stuenkel, 2017). Como consequência, esta ambição comum resultou na junção destes atores numa coligação cujo objetivo era debater os desafios da ordem global. A primeira reunião se deu em caráter informal em 2006, enquanto, em 2009, foram oficializados encontros anuais entre os quatro países (Stuenkel, 2017).

Contudo, se até 2007 os países do BRIC já se encontravam insatisfeitos com a falha distribuição de poder no FMI e no Banco Mundial, bem como com o G8 que geralmente excluía as potências emergentes de seus debates, em 2008, com o agravamento da crise do *subprime*, estes países começaram a cogitar formas de reformar o sistema monetário internacional. Segundo o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (*apud* Stuenkel, 2017, online), “a crise financeira oferecia oportunidades às potências emergentes para fortalecerem a cooperação entre si, bem como sua posição nos negócios globais como um todo.”, o que também resultou na inauguração de diferentes frentes de cooperação entre os países, com destaque para as áreas da tecnologia, saúde, ciência, educação e defesa.

Além disso, o grupo passou por dois momentos de expansão: o primeiro, em dezembro de 2010, com a entrada da África do Sul; e o segundo, em 2023, com a adesão de Irã, Egito, Etiópia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU). A entrada da África do Sul se justifica, de acordo com a argumentação de Stuenkel (2017), pelo fato do país ser um “representante do continente africano”, uma ideia que divide opiniões de estudiosos, mas que auxilia a resumir a potencialidade de alcance do BRICS e de suas iniciativas dentro do

continente por intermédio da África do Sul. Já a mais recente adição dá continuidade a este processo de expansão da influência do grupo no mundo, alcançando novos mercados por meio de parceiros alinhados ao posicionamento dos demais membros.

Com isso em mente, o debate da desdolarização emerge como um fator intrínseco à gênese do grupo, uma vez que a união dos países do BRICS se deu devido à tentativa de criação de uma voz coesa em meio às mudanças globais, que foram intensificadas pela crise de 2008 (Mukherjee, 2022) e ganha nova força em 2022, após a aplicação de novas sanções à Rússia depois da mesma invadir a Ucrânia. Com isso, a reforma das instituições da ordem global vigente (FMI e Banco Mundial), bem como a fragilidade da confiança no dólar, suscitou na busca por mecanismos financeiros que permitissem a diminuição da dependência da moeda americana, tornando os adeptos a este processo menos propensos às oscilações do sistema financeiro pautado no dólar. Uma das conquistas desta ambição por parte do BRICS foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), ambos artifícios que incentivam o uso de moedas locais ao invés do dólar para a obtenção de financiamentos e auxílios.

Contudo, como inferem Liu e Papa (2022, p. 4, tradução nossa), a “infraestrutura emergente de desdolarização dos BRICS ainda não permite que os membros dos BRICS rompam completamente com o atual sistema financeiro baseado no dólar americano.”⁴, dado que alguns membros do grupo ainda possuem uma relação próxima com os Estados Unidos, assim como nem todos são vulneráveis às sanções americanas, uma vez que suas economias são altamente integradas no sistema dólar. Isso torna a pauta dentro do grupo incongruente no sentido de abandono total da moeda americana, sendo que este processo demanda, conforme analisado por Kokenyne, Ley e Veyrune (2010, p. 7, tradução nossa), numa “[...] estabilização macroeconômica credível, na variabilidade da taxa de câmbio, na gestão da dívida pública que se afasta da denominação em moeda estrangeira e em medidas prudenciais”⁵ de modo a aumentar a atratividade da moeda local em relação à moeda estrangeira. Porém, ainda assim, é um consenso que todos estão interessados em reduzir sua dependência do dólar.

É neste sentido que surgem as alternativas ao uso do dólar no SMI propostas pelo grupo tais como o uso de moedas locais, sobretudo do renminbi, um artifício mais direto de redução do papel do dólar em suas economias, ou a criação de uma cesta de moedas comuns no formato digital – a qual é atualmente estudada pelos membros do grupo.

⁴ Do original: “The emerging BRICS de-dollarization infrastructure does not yet allow the BRICS members to make a complete break from the existing US dollar-based financial system.”

⁵ Do original: “[...] credible macroeconomic stabilization, exchange rate variability, public debt management that shifts away from foreign currency denomination, and prudential”

3.1. A internacionalização do renminbi chinês

A internacionalização do renminbi chinês (RMB) – ou yuan – é um projeto nacional da República Popular da China (RPC) que se iniciou em 1993 – momento em que o governo chinês firma o compromisso de garantir a total conversibilidade da conta capital e financeira chinesa no fim do século XX –, porém que somente após 2008 se intensifica (Souza, 2020).

Para Eichengreen e Kawai (2014), a internacionalização do yuan pode ser entendida tanto como uma resposta natural ao crescimento do papel econômico da China na economia mundial, quanto como uma manifestação da capacidade e vontade do governo chinês de influenciar a estrutura econômica global por meio da utilização mais ampla de sua moeda. Ainda, conforme Yu (2014), a internacionalização da moeda ajudará a China a reduzir não apenas os riscos cambiais aos quais as empresas do país são expostas, como também os custos de transação no comércio, levando a uma maior expansão do comércio internacional chinês; além disso, melhorará a eficiência do financiamento das instituições financeiras chinesas, tornando-as mais competitivas mundialmente, e reduzirá a necessidade de manter o dólar como meio de troca e reserva de valor.

Com isso em mente, o país firmou o compromisso de internacionalização de sua moeda mediante uma “abordagem funcional” (Yu, 2014), na qual se iniciou um processo de incentivo da utilização transfronteiriça da moeda para liquidação comercial, junto da formulação de acordos bilaterais que permitissem a utilização de moedas locais. Em seguida, as autoridades chinesas passaram a permitir novas transações financeiras *offshore* por parte de investidores estrangeiros de forma que os bancos e empresas que adquiriram esses saldos fossem autorizados a utilizá-los no fomento de investimentos na RPC. Além disso, o Banco Popular da China negociou linhas bilaterais de *swap* cambial com bancos centrais estrangeiros a fim de fornecer liquidez em RMB, incentivando novos negócios na moeda (Eichengreen; Kawai, 2014). No entanto, ainda segundo os autores, a última etapa do processo de internacionalização de uma moeda diz respeito à liberalização mais abrangente da balança de capitais, ação que as autoridades chinesas enfrentam dificuldades para implementar.

Este fato se justifica por conta da moeda chinesa possuir “demasiado Estado” (Eichengreen, 2011a; Cohen, 2015), o que dificulta o acesso aos mercados financeiros nacionais e a própria utilização internacional da moeda, visto que ambos ainda são limitados pelo governo chinês. Porém, como também afirma Eichengreen (2011b, p. 729, tradução nossa),

A internacionalização do renminbi será uma coisa boa para a China e uma coisa boa para o mundo. Um sistema monetário internacional em que o dólar, o euro e o renminbi partilham o papel de moeda de reserva será uma melhoria em relação a um sistema em que os países que procuram acumular reservas não têm alternativa à acumulação de dólares.⁶

Desta forma, é possível afirmar que os esforços chineses foram recompensados, visto que a moeda passou da 35ª para a 5ª posição de moeda mais utilizada nas reservas cambiais do mundo desde dezembro de 2018 (Souza, 2020). Ademais, em 2016 o yuan foi incluído na cesta dos Direitos Especiais de Saque (DES) do FMI, aumentando sua influência como reserva de valor (Souza, 2020).

Por sua vez, dentro do BRICS o RMB é utilizado em transações transfronteiriças, as quais também são incentivadas pelo NDB. Entre China e Rússia, por exemplo, 95% do comércio é realizado em rublo ou yuan (Ramos, 2023a). Segundo Liu e Papa (2022), a coligação também promove o “petroyuan”, uma forma dos países sob sanção dos EUA, especialmente os grandes exportadores de petróleo como Irã e Rússia, participarem dos mercados globais através de uma moeda alternativa e de sistemas de pagamento não-dólares, enfraquecendo, assim, a eficácia das sanções e do poder americano. Ademais, a China trabalha no fornecimento de uma infraestrutura comercial que visa facilitar a troca de petróleo por ouro, com o yuan servindo como uma etapa intermediária de financiamento (Liu; Papa, 2022). Neste cenário, os produtores de petróleo poderiam trocar a *commodity* por ouro em vez de títulos do Tesouro americano, desdolarizando ainda mais o mercado petrolífero global.

Em contrapartida, ainda que dentro do grupo, as iniciativas de fomento do RMB sejam latentes dadas as facilidades de liquidez atribuídas pelos bancos chineses, a moeda ainda possui desafios a serem enfrentados antes de ser equiparável ao dólar. Dentre eles está o fato da internacionalização da moeda chinesa possuir implicações não apenas econômicas como também políticas. Nesse sentido, para que os investidores estrangeiros detenham uma parte significativa de sua riqueza em RMB não basta apenas que o país realize a abertura de sua balança de capital, ele também terá que

[...] reforçar significativamente os controles e equilíbrios no Comité Permanente, e o sistema judicial – que afeta os resultados dos litígios económicos e financeiros – deve tornar-se independente do sistema político, para não falar do Comité Permanente. O país terá também de avançar para um sistema federal bem definido, em que os governos provinciais

⁶ Do original: “Internationalization of the renminbi will be a good thing for China and a good thing for the world. An international monetary system in which the dollar, the euro and the renminbi share the reserve currency role will be an improvement over a system in which countries seeking to accumulate reserves have no alternative to accumulating dollars.”

contrabalançam o papel do governo central. Terá de permitir o desenvolvimento de uma imprensa independente. Terá de reforçar a voz das organizações não governamentais.⁷ (Eichengreen; Kawai, 2014, p. 16, tradução nossa)

Portanto, na visão da literatura (Eichengreen, 2011a; 2011b; Yu, 2014; Cohen, 2015), enquanto o Estado chinês não solucionar esta questão, o yuan não conseguirá alcançar o estatuto de moeda internacional de forma plena.

3.2. Outras propostas ao SMI

Para além do renminbi chinês, o BRICS possui mais duas alternativas ao uso da moeda americana, frutos de um esforço conjunto: a criação de uma moeda comum apoiada por uma cesta de suas respectivas moedas – chamada “BRICS Bridge” – e a estruturação do “BRICS Pay”, um sistema único de pagamento sem contato que conecta os sistemas nacionais de pagamentos dos BRICS a uma plataforma integrada em nuvem para pagamentos (Liu; Papa, 2022). Ambas estão sendo desenvolvidas por meio da colaboração tecnológica entre os países e representam marcos definitivos da transformação do sistema monetário conhecido na contemporaneidade. Ainda, na noção de Pistilli (2024), a concretização deste feito irá fortalecer a integração econômica dentro dos países BRICS; reduzirá a influência dos EUA e do dólar no cenário global; incentivará outros países a formarem alianças para desenvolver moedas regionais e mitigará os riscos associados à volatilidade global devido a medidas unilaterais.

Nesse sentido, o BRICS Bridge é uma iniciativa que surgiu durante a Cúpula do BRICS em Xiamen em 2017, momento em que se começou a discutir a possibilidade de substituição do dólar por uma criptomoeda do BRICS em acordos entre os membros. A discussão avançou até que fossem celebrados acordos de cooperação em pesquisa de *blockchain*⁸ e tecnologia digital (Liu; Papa, 2022). O professor Gao Bai (2024), no entanto, acredita que o uso da moeda comum será restrito para fins exclusivamente comerciais interbancários, atuando como um instrumento digital vinculado às moedas digitais que são atualmente promovidas pelos bancos centrais de diversos países.

⁷ Do original: “[...] significantly strengthen checks and balances on the Standing Committee, and the judiciary system—which affects the outcomes of economic and financial disputes—must become independent from the political system, not to mention the Standing Committee. The country will also have to move toward a well-defined federal system in which provincial governments counterbalance the role of the central government. It will have to allow the development of an independent media. It will have to strengthen the voice of nongovernment organizations.”

⁸ A blockchain é uma tecnologia que permite a criação de um sistema de pagamentos descentralizado, independente e baseado em tokens lastreados em moedas nacionais.

Em contrapartida, o BRICS Pay é entendido como uma via convencional de promoção de moedas fiduciárias locais em assentamentos transfronteiriços. Na análise de Liu e Papa (2022), a ideia do sistema é aproveitar as mais recentes inovações *fintech* dos países membros para integrar os sistemas de pagamento individuais do grupo, além de vincular os cartões de crédito e débito dos cidadãos a carteiras online, conectadas em período integral, para pagamentos digitais.

A vantagem deste modelo é possibilitar a utilização de moedas nacionais do BRICS com base direta de troca para pagamentos externos. Ou seja, por intermédio do BRICS Pay, a conversão para o dólar e aos bancos norte-americanos não seria mais necessária, uma vez que os pagamentos seriam liquidados utilizando as moedas nacionais (Liu; Papa, 2022). Este sistema também permitiria que os membros reduzissem sua dependência de organizações de pagamento americanas como Swift, Visa e Mastercard. Por fim, o sistema também seria aberto para países fora do BRICS, de acordo com os autores, o que ajudaria a perturbar o domínio financeiro das potências financeiras globais.

Isto posto, mesmo que tanto o BRICS Bridge quanto o BRICS Pay ainda estejam sendo construídos, as iniciativas por si só demonstram o compromisso incisivo do grupo para com o processo de desdolarização. As alternativas ainda demandam esforço conjunto dos países para se desenvolverem até que sejam amplamente disseminadas, porém, já se mostram revolucionárias e motivo de preocupação para os formuladores de políticas econômicas dos EUA. Ademais, a internacionalização do RMB também é uma forte fonte de preocupação, dada a força e influência que a moeda vem construindo desde 2008. Neste sentido, seja por via da moeda comum do BRICS ou por via da moeda chinesa, para os otimistas do processo de desdolarização, seria possível dizer que a queda da hegemonia do dólar já começou.

4. AMPLIAÇÃO DOS BRICS E OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE DESDOLARIZAÇÃO

O BRICS, como supracitado, historicamente desafia o atual *status quo* com a promessa de transformação da ordem global vigente, uma vez que seus membros possuem ambições de obtenção de poder e soberania que se manifestam, sobretudo, em seus projetos destinados à construção de alternativas no SMI. Contudo, como a recente ampliação do grupo contribui para esse projeto comum? Na visão de Ding Yifan (2024), as novas economias absorvidas pela coligação possuem seu próprio histórico de problemas com a moeda americana, facilitando o alinhamento com o propósito do grupo.

A Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos (EAU) e o Irã, por exemplo, sofrem nas mãos do dólar desde 1971, momento em que o presidente Nixon rompeu com o padrão dólar-ouro fazendo com que a moeda se desvalorizasse acentuadamente e os preços do petróleo disparassem (Yifan, 2024). Para complementar, naquela época os países produtores de petróleo não tinham capacidade de extrair e refinar a *commodity*, de modo que a produção se concentrasse nas mãos de empresas britânicas e estadunidenses, as quais pagavam a esses países uma taxa de extração fixa anual, cotada em dólares. Com a disparada dos preços do petróleo e a desvalorização do dólar, a distribuição dos lucros acabou por tornar-se injusta e a tentativa dos países produtores do combustível fóssil de formular um novo acordo para corrigir esta questão foi recusada. Yifan (2024) alega que somente após o primeiro choque do petróleo que os países recuperaram seu poder de barganha sobre as empresas ocidentais.

Ademais, o domínio do dólar sobre a *commodity* permanece até a atualidade, visto que o mercado petrolífero mundial é debitado na moeda americana – formando os chamados “petrodólares”. A Arábia Saudita, nesta ótica, possui um acordo com os EUA desde 1974 garantindo exclusividade à moeda estadunidense nas transações referentes à exportação do petróleo, além do investimento das receitas em papéis do Tesouro norte-americano (Cardoso, 2024). Porém, em junho de 2024 o país anunciou a não renovação deste acordo, possibilitando que os demais países importadores e exportadores de petróleo possam utilizar outras moedas (como o yuan) e não fiquem mais diretamente à mercê da política monetária norte-americana (Cardoso, 2024).

O Irã, por sua vez, é uma vítima do uso do dólar como arma de política externa pelos EUA por meio do abuso na aplicação de sanções financeiras⁹, da mesma forma que se viu com a Rússia (2014 e 2022), a Turquia (2011, 2016, 2018 e 2019), o Egito (2016 e 2017), entre outros. Seu caso é tido como exemplar por Yifan (2024), dado que, em 2015, o país firmou um acordo nuclear com os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Alemanha e os países da União Europeia, em que todas as suas sanções econômicas no que diz respeito à energia nuclear seriam suspensas para que o país pudesse se engajar mais em cooperações internacionais. Porém, depois de Donald Trump assumir a Casa Branca, o acordo nuclear foi suspenso, retomando as sanções contra o país e forçando que os mecanismos de cooperação firmados, especialmente com empresas europeias, retrocedessem

⁹ Esta tendência é observada, em especial, durante o governo de Donald Trump (2017-2021) que utilizou desse mecanismo para pressionar os países-alvo a aceitar acordos e postulações apoiadas pelos Estados Unidos. O que se destaca neste momento é a agressividade da postura americana sobre o comando de Trump, uma vez que ela difere do ocorrido nos governos de George Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016). Para mais detalhes, ler o artigo de José Paulo Silva Ferreira (2021) chamado “Sanções Econômicas no Governo Trump: O Uso do Dólar como Arma Política”.

(Yifan, 2024). Essa ação dura por parte da diplomacia americana desencadeou preocupações de países com grandes quantidades de ativos financeiros em dólares, com destaque para os países árabes, com a segurança de seus ativos a longo prazo. Além disso,

Essas experiências apresentam questões importantes para os países do BRICS, muitos dos quais têm sido submetidos a diferentes graus de sanções dos EUA. Se os países do BRICS não conseguirem desenvolver um mecanismo de transações que não seja baseado no dólar estadunidense para a cooperação internacional, futuramente muitos outros países poderão ser alvo de sanções dos EUA. (Yifan, 2024, online)

A Etiópia e o Egito, em contrapartida, possuem economias altamente dependentes das alterações do dólar (Agência Brasil China, 2024), fazendo com que os projetos de desdolarização do BRICS sejam vistos como uma oportunidade de vencer suas atuais crises referentes ao endividamento externo, inflação, fome, entre outras questões (Ramos, 2023b). Ainda, enquanto a Etiópia é o segundo país mais populoso do continente africano e possui capacidade para se tornar a terceira maior economia da África sub-saariana nas previsões do FMI (Ramos, 2023b); o Egito possui uma posição geopolítica estratégica que o possibilita assumir o papel de “janela do BRICS” para o Oriente Médio e o Norte da África, ajudando a fomentar o comércio do grupo na região (Agência Brasil China, 2024).

O antigo vice-presidente do NDB, Batista Júnior (2024), argumenta que, com o mais recente congelamento dos ativos russos e as ameaças de confisco total, tornou-se mais evidente a “destruição da confiança” tanto do dólar quanto do euro, o que contribuiu para a intensificação do uso de moedas locais e da construção e reforço de sistemas de pagamento alternativos em transações internacionais. As oscilações da moeda americana causando déficits em economias emergentes são outro motor desta ambição. Neste sentido, os novos membros do BRICS adentram o grupo dispostos a contribuir para o esquema de transformação do SMI.

O autor, no entanto, destaca que o grupo já enfrenta dificuldades políticas e técnicas para essa empreitada antes mesmo de sua recente ampliação. Do lado político, são destacados dois aspectos: a resistência dos EUA em renunciar de seu privilégio exorbitante e os obstáculos de união do BRICS para o sucesso do projeto. Já o fator técnico diz respeito à falta de talento e competência de muitos dos funcionários que representam os países nas negociações. Com isso, a expansão da coligação tende a agravar as vulnerabilidades políticas e os problemas de coordenação (Batista Júnior, 2024).

Em contrapartida, com os mecanismos existentes propostos pelo grupo, não apenas os novos membros, como outros países do Sul Global são incentivados a fomentar o uso de moedas locais em suas transações internacionais e a auxiliar no desenvolvimento de plataformas financeiras digitais e de uma moeda comum. A superação das dificuldades destacadas por Batista Júnior (2024), portanto, poderiam ser solucionadas com a partilha do fardo político e técnico entre os diversos países membros.

As atuais tendências da desdolarização, no entanto, impelem que é provável que, a curto prazo, o renminbi substitua o dólar como principal moeda internacional, mantendo o pensamento tradicional destacado por Eichengreen (2011a) de que o sistema monetário necessita de uma moeda dominante. Bai (2024) contesta essa noção ao alegar que não é de interesse do país assumir esta posição, especialmente quando se considera a necessidade de total conversibilidade do RMB e a suscetividade da economia chinesa às turbulências internacionais. Ademais, seria necessário que o país desenvolvesse instrumentos financeiros que permitam que o yuan retorne à China, evitando a desvalorização da moeda, principalmente no que diz respeito ao mercado petrolífero.

Por outro lado, a moeda do BRICS é vista, a longo prazo, como uma forte candidata para diminuir a influência do dólar. Ela, porém, “não substituiria o dólar, mas sim coexistiria com ele e, em grande parte, refletiria seu próprio valor com a ajuda do dólar estadunidense” (Bai, 2024, online). Por fim, o autor ainda sugere que

Em 2024, a probabilidade de uma moeda do BRICS aumentou ainda mais, dado que os principais exportadores de energia, como a Arábia Saudita, o Irã e os Emirados Árabes Unidos, tornaram-se membros do mecanismo de cooperação deste bloco. No futuro, se houver cooperação entre BRICS e OPEP no desenvolvimento de uma nova moeda, essa iniciativa poderá superar as limitações dos países membros do BRICS e aumentar consideravelmente a base material de uma moeda própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, a desdolarização é uma tendência que despontou após 2008, momento em que o dólar provou sua fragilidade no SMI. O contexto por trás desse fenômeno abarca ainda uma insatisfação crescente não apenas com a moeda americana, mas também com as instituições fundadas pelos Estados Unidos e com o próprio papel do país na arena internacional. Além disso, a propensão estadunidense de usar do dólar e de seus instrumentos financeiros como arma de política externa incita descontentamentos por parte de muitos países, em especial dos mais suscetíveis às oscilações da política monetária americana.

Neste sentido, a emergência dos países do BRICS neste debate evidencia-se por suas alternativas à hegemonia do dólar, criação de novas instituições financeiras internacionais e pelo destaque às reivindicações do Sul Global. O grupo se coloca, portanto, como uma voz representante dos países emergentes, os quais, em sua maioria, possuem um passado turbulento com a moeda americana.

Ademais, a mais recente expansão do grupo traz países que se mostram favoráveis à diminuição do papel da moeda americana no SMI, uma vez que isso os ajudaria a ser menos dependentes da influência americana. Com isso, o que passa a ser debatido é qual opção apresentada pelo BRICS é a mais viável para desbancar o dólar no futuro.

Assim, embora a moeda comum e o BRICS Pay sejam opções revolucionárias dentro desta discussão, ainda há muito a ser produzido até que ambas iniciativas estejam prontas para disputar um espaço no SMI. No entanto, é correto afirmar que caso o BRICS consiga coordenar-se para empreender o desenvolvimento de sua moeda digital comum, o dólar perderá ainda mais sua relevância internacional.

Todavia, a verdadeira aposta parece ser a internacionalização do renminbi, porém, assim como as demais alternativas ao dólar já existentes (euro e iene), a moeda chinesa possui seus problemas, tornando improvável que ela substitua o papel dólar como reserva de valor e meio de pagamentos internacionais. Contudo, por mais que o yuan futuramente não ocupe o lugar do dólar no SMI, o mais plausível é que ele ganhe mais espaço mundialmente, chegando a ultrapassar o iene e o euro como moeda mais utilizada como reserva internacional. O incentivo do BRICS para realizar acordos comerciais transnacionais em moedas locais contribuirá para esse fato, principalmente agora com a expansão do grupo para o Oriente Médio.

Desta forma, pode-se inferir que a expansão do BRICS representa uma nova fase do processo de desdolarização, uma vez que o potencial de transformação que estas economias trazem às iniciativas do BRICS compete à influência do dólar uma derrocada iminente – a qual está em andamento há anos. Porém, ainda assim não é possível afirmar que o dólar perca seu estatuto de moeda internacional, principalmente ao se considerar que os EUA tentarão impedir o sucesso da empreitada do grupo, de modo a manter o atual *status quo*.

Ademais, dado que o futuro do cenário financeiro internacional permanece em construção, as conclusões deste trabalho podem sofrer alterações. Sendo assim, questões referentes ao futuro da internacionalização do renminbi, seus desdobramentos dentro da Nova Rota da Seda e do mercado petrolífero, as contribuições dos novos membros para o debate da desdolarização e a resposta dos EUA ante o declínio do dólar dentro do SMI demandam

novos estudos. Entretanto, mesmo diante de todas estas dúvidas, há uma constante na discussão: a crescente relevância do BRICS e de seu discurso de transformação da atual ordem internacional, o qual, mesmo com falhas, cumpre seu papel de desafiante do sistema.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL CHINA. **Entrada do Egito no BRICS fortalece demanda do grupo por menor dependência do dólar, dizem analistas**. 13 jan. 2024. Disponível em: <https://china.org.br/entrada-do-egito-no-brics-fortalece-demanda-do-grupo-por-menor-dependencia-do-dolar-dizem-analistas/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BAI, Gao. Da redução de riscos à desdolarização: a moeda do BRICS e o futuro da ordem financeira internacional. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/wenhua-zongheng-2024-1-reducao-de-riscos-desdolarizacao-moeda-brics/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BASOSI, D. Dollar Hegemony. In: NESS, I.; COPE, Z. (Ed.). **The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-91206-6_45-1. Acesso em: 11 jul. 2024.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O BRICS e o desafio da desdolarização. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/wenhua-zongheng-2024-1-editorial-brics-desafio-desdolarizacao/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BORÇA JÚNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. As Origens e desdobramentos da crise do subprime. In: FERREIRA, F. M. R.; MEIRELLES, B. B. (Org.). **Ensaios sobre a economia financeira**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1907>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Crise financeira global e depois: um novo capitalismo? São Paulo: **Novos Estudos**, v. 86, mar. 2010, pp. 51-72. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CARDOSO, J. A. L. EUA: O fim da farra dos petrodólares e seu sentido. **Outras Palavras**, 08 jul. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/eua-o-fim-da-farra-dos-petrodolares-e-seu-sentido/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CECHIN, A.; MONTROYA, M. A. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. [S. l.]: **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 23, n. 48, 2017. DOI: [10.5335/rtee.v23i48.7363](https://doi.org/10.5335/rtee.v23i48.7363). Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/7363>. Acesso em: 22 jul. 2024.

COHEN, Benjamin J. **Currency Power: Understanding Monetary Rivalry**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2015, 286p.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. *In: GILL, S. [Org.]. Gramsci, materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, pp. 101-123.

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013, 181p.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System**. New York: Oxford University Press, 2011a, 215p.

EICHENGREEN, Barry. The renminbi as an international currency. **Journal of Policy Modeling**, v. 33, n. 5, set.-out. 2011b, pp. 723-730. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2011.07.004>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0161893811000603>. Acesso em: 11 ago. 2024.

EICHENGREEN, Barry; KAWAI, Masahiro. **Issues for Renminbi Internationalization: An Overview**. ADBI Working Paper 454. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2014. Disponível em: <https://www.adb.org/publications/issues-renminbi-internationalization-overview>. Acesso em: 11 ago. 2024.

GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order**. 2. ed. Basingstoke, Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2008.

KOKENYNE, Annamaria; LEY, Jeremy; VEYRUNE, Romain. Dedollarization. **IMF Working Paper**, No. 10/188, jul. 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1662261. Acesso em: 16 jul. 2024.

LIU, Zongyuan Zoe; PAPA, Mihaela. **Can BRICS De-dollarize the Global Financial System?**. Elements in the Economics of Emerging Markets. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/0AEF98D2F232072409E9556620AE09B0/9781009014625AR.pdf/can-brics-de-dollarize-the-global-financial-system.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MADDERN, S.W. Dollar Diplomacy: Roosevelt to Taft 1890–1913. *In: NESS, I.; COPE, Z. (Ed.). The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-91206-6_303-1. Acesso em: 10 jul. 2024.

MEARSHEIMER, J. J. **Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order**. International Security, 2019.

MUKHERJEE, Bappaditya. Liberal International Order and the Evolution of BRICS. *In: KUMAR, Rajan et al. Locating BRICS in the Global Order: perspectives from the global south*. [S.l.]: Taylor & Francis, 2022, pp. 17-36.

MURAU, Steffen. Offshore Dollar Creation and the Emergence of the post-2008 International Monetary System. **IASS Discussion Paper**, jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3191981>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PITILLI, Melissa. How Would a New BRICS Currency Affect the US Dollar? (Updated 2024). **Investing News Network**, 08 jul. 2024. Disponível em: <https://www.nasdaq.com/articles/how-would-new-brics-currency-affect-us-dollar-updated-2024>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PRASAD, Eswar. **The US dollar might slip, but it will continue to rule**. FINANCE & DEVELOPMENT, IMF, jun. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2022/06/enduring-preeminence-eswar-prasad>. Acesso em: 16 jul. 2024.

RAMOS, Mauro. Desdolarização: 95% do comércio entre China e Rússia já não passa pela moeda estadunidense. Pequim, China: **Brasil de Fato**, 17 dez. 2023a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/desdolarizacao-95-do-comercio-entre-china-e-russia-ja-nao-passa-pela-moeda-estadunidense>. Acesso em: 12 ago. 2024.

RAMOS, Mauro. Brics pode ser caminho para novos membros Egito e Etiópia saírem de crises. Pequim, China: **Brasil de Fato**, 09 set. 2023b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/09/brics-pode-ser-caminho-para-novos-membros-egito-e-etiofia-sairem-de-criises>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ROBINSON, Alan. **De-dollarization: The dollar in doubt?** Canada: Royal Bank of Canada Website, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.rbcwealthmanagement.com/en-asia/insights/de-dollarization-the-dollar-in-doubt>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SOUZA, Ana Tereza Lopes M. A internacionalização do renminbi como um meio de contestação. Bogotá: **Desafios**, v. 32, n.1, pp. 243-272, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-40352020000100243&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 ago. 2024.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Tradução: Adriano Scandolara. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. Recurso eletrônico.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. São Paulo: **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2(18), abr./jun. 1985, pp. 5-15.

YIFAN, Ding. O que impulsiona o debate sobre a desdolarização no BRICS? **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/wenhua-zongheng-2024-1-debate-desdolarizacao-brics/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

YU, Yongding. Revisiting the Internationalization of the Yuan. In: KAWAI, Masahiro; LAMBERTE, Mario B; MORGAN, Peter J. (eds.). **Reform of the International Monetary System: An Asian Perspective**. Tokyo, Japan: Springer, ADB Institute, 2014, pp. 107-129.